



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

CONSULTA PRÉVIA - PROCEDIMENTO N.º CPR/2/2022

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de serviços de manutenção das instalações da Estação de Tratamento de Águas Residuais - ETAR da Ponta do Sol e das Estações Elevatórias de Águas Residuais – EEAR associadas.



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

ÍNDICE

CAPÍTULO I	4
DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1.ª	4
Objeto	4
Cláusula 2.ª	4
Elementos do Contrato	4
Cláusula 3.ª	4
Prazo	4
Cláusula 4.ª	4
Prestação do serviço	4
Capítulo II	5
Obrigações Contratuais	5
Secção I	5
Obrigações do Adjudicatário	5
Subsecção I	5
Disposições gerais	5
Cláusula 5.ª	5
Obrigações principais do adjudicatário	5
Cláusula 6.ª	6
Elementos a entregar pelo Adjudicatário	6
Cláusula 7.ª	6
Transferência da posse	6
Subsecção II	6
Dever de Sigilo	6
Cláusula 8.ª	6
Objeto do dever de sigilo	6
Cláusula 9.ª	7
Prazo do dever de sigilo	7
Secção II	7
Obrigações da Entidade Adjudicante	7
Cláusula 10.ª	7
Preço Contratual	7
Cláusula 11.ª	7
Preço Base	7
Cláusula 12.ª	7
Condições de Pagamento	7
Cláusula 13.ª	8
Receção dos Serviços Prestados	8
Capítulo III	8
Resolução de litígios	8
Cláusula 14.ª	8
Resolução por parte da Entidade Adjudicante	8
Cláusula 15.ª	8
Resolução por parte do adjudicatário	8
Cláusula 16.ª	9
Legislação aplicável e foro competente	9
Cláusula 17.ª	9
Divergências – Prevalência	9
Capítulo IV	9
Penalidades	9
Cláusula 18.ª	9
Penalidades contratuais	9
Cláusula 19.ª	9



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

Força maior	9
Capítulo V	10
Disposições finais	10
Cláusula 20.ª	10
Cessão da posição contratual.....	10
Cláusula 21.ª	10
Comunicações e Notificações	10
Cláusula 22.ª	10
Prestação da Caução	10
Cláusula 23.ª	11
Seguros	11
Cláusula 24.ª	11
Contrato Escrito	11
Cláusula 25.ª	11
Contagem dos prazos.....	11



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de manutenção das instalações da Estação de Tratamento de Águas Residuais - ETAR da Ponta do Sol e das Estações Elevatórias de Águas Residuais – EEAR associadas.

Cláusula 2.ª

Elementos do Contrato

1 – O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 – O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) O presente Caderno de Encargos e seus anexos;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.

3 – A entidade adjudicante reserva-se ao direito de não celebração do contrato, fruto da aplicação da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro de forma a compromissar a despesa inerente à adjudicação, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 79.º do CCP.

Cláusula 3.ª

Prazo

1 – O prazo de execução do contrato será de 12 meses a partir da data da assinatura do mesmo.

2 – O contrato manter-se-á em vigor até à conclusão dos serviços, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

3 – Os prazos previstos no âmbito do contrato podem ser prorrogados por iniciativa da Entidade Adjudicante ou a requerimento do prestador de serviços devidamente fundamentado.

Cláusula 4.ª

Prestação do serviço

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato, os serviços objeto do Contrato compreendem:

- a. Acompanhamento e manutenção das condições de exploração das EEAR e ETAR que constituem o sistema de drenagem do subsistema de saneamento, incluindo os seguintes trabalhos:
 - i. Supervisão do funcionamento correto dos equipamentos da ETAR;
 - ii. Controlo analítico operacional e controlo analítico para verificação do cumprimento das obrigações legais;



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

- iii. Manutenção eletromecânica (nível 2 AFNOR) mensal a todos os equipamentos das ETAR;
 - iv. Limpeza nas obras de entrada e poços de bombagem das EEAR, com Recolha e Transporte a destino final dos gradados e areias;
 - v. Recolha e transporte de subprodutos da ETAR para destino final.
- b. Serviço de piquete 24 horas/dia;
- c. Emissão de relatórios mensais com registos de ocorrências, registos gerais de funcionamento, registos de variáveis de exploração;
- d. Efectuar as lubrificações necessárias;
- e. Gestão de resíduos de exploração.
2. As limpezas regulares comportam especificadamente intervenções nos seguintes locais:
- i. Limpeza de grade manual na Estrada Regional 101 (Junto à CM Ponta do Sol);
 - ii. Limpeza de grades manuais existentes na Estrada Regional 222 sentido Ponta do Sol - Canhas);
 - iii. Desentupimento do troço de saneamento entre curva junto ao viaduto pedonal da VE3 no sentido Lugar de Baixo – Ponta do Sol até ao Poço de bombagem da EEAR Lugar de Baixo;
 - iv. Limpeza e manutenção de duas caixas de areia na Estrada Regional 101.
3. Os serviços objeto do contrato não compreendem grandes reparações ou substituições no equipamento e/ou instalações das EEAR e ETAR.
4. Os custos com a eletricidade e água são da responsabilidade da entidade adjudicante.

CAPÍTULO II Obrigações Contratuais

Secção I Obrigações do Adjudicatário

Subsecção I Disposições gerais

Cláusula 5.ª Obrigações principais do adjudicatário

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrerão para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de manter informada sobre o decorrer dos trabalhos, a Entidade Adjudicante;
- b) Obrigação de prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Entidade Adjudicante;
- c) A responsabilidade de todos os trabalhos incluídos no Contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do Adjudicatário e só dele, não reconhecendo a Entidade Adjudicante a existência de quaisquer outros que trabalhem por conta ou em combinação com o Adjudicatário;
- d) O Adjudicatário obriga-se a corrigir prontamente os erros e anomalias identificados durante as ações de verificação dos trabalhos, de acordo com as orientações ou esclarecimentos da Entidade Adjudicante, e dentro dos prazos por estes fixados;
- e) Serão inteiramente de conta do Adjudicatário os encargos e responsabilidade decorrentes da utilização de elementos a que respeitem quaisquer marcas registadas, patentes registadas ou licenças;



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

- f) Efectuar a limpeza dos recintos e instalações onde opera;
- g) Preencher todos os registos das intervenções e demais aplicáveis;
- h) Proceder ao ensaio funcional aos equipamentos existentes e medições de campo com registo dos resultados obtidos;
- i) Cumprir com as normas de higiene, Segurança e Saúde no trabalho necessárias à execução do presente contrato;
- j) Respeitar e implementar os procedimentos aplicáveis no âmbito da gestão da qualidade e ambiente;
- k) Verificar o adequado funcionamento de equipamentos e órgãos que inclui a inspeção sensorial aos equipamentos;
- l) Verificar ruídos e aquecimentos anormais nos equipamentos mecânicos, elétricos e eletromecânicos;
- m) Verificar perdas de óleo nos redutores;
- n) Alternar equipamentos como estabelecido.

2 — Deter uma equipa especializada e com capacidade técnica necessária e composta, no mínimo, por:

- i. Um(a) Engenheiro(a) do Ambiente;
- ii. Um Técnico Electromecânico;
- iii. Um Canalizador;
- iv. Dois operadores.

3 - A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.ª

Elementos a entregar pelo Adjudicatário

No âmbito da presente prestação de serviços, deverá o Adjudicatário fornecer relatórios mensais com registos de ocorrências, registos gerais de funcionamento, registos de variáveis de exploração, assim como propostas de melhoria/operacionalização das instalações.

Cláusula 7.ª

Transferência da posse

1 — Com a declaração de aceitação, ocorre a transferência da posse dos elementos a desenvolver ao abrigo do Contrato para a Entidade Adjudicante, incluindo os direitos de autor sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.

2 — Pela cessão dos direitos que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do Contrato.

Subsecção II

Dever de Sigilo

Cláusula 8.ª

Objeto do dever de sigilo

1 — O adjudicatário deverá guardar sigilo sobre toda a informação e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação com a execução, do Contrato.



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não poderão ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 9.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 10.ª

Preço Contratual

1 – Pela prestação dos serviços objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deverá pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3 – Os valores monetários referidos no número anterior não estão sujeitos a qualquer revisão.

Cláusula 11.ª

Preço Base

O Preço Base para a presente Prestação de Serviços é de **€ 70.969,28** (setenta mil, novecentos e sessenta e nove euros e vinte e oito cêntimos), sujeito a IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido, correspondendo ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª

Condições de Pagamento

1 – Os pagamentos serão efetuados, tendo presente as seguintes condições:

- Não há lugar a pagamentos por adiantamento;
- Após cumprimento das obrigações do presente caderno de encargos e da proposta adjudicada;
- Poderá haver o pagamento dos trabalhos de limpeza após conclusão dos mesmos.

2 – As quantias devidas, nos termos da cláusula anterior, deverão ser pagas no prazo legal após a receção pela Entidade Adjudicante das respetivas faturas.

3 – Todas as faturas emitidas devem estar claramente identificados com o número sequencial de compromisso.

4 – Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, esta deve comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida ou nota de crédito.

Cláusula 13.ª

Receção dos Serviços Prestados

1 – Durante a execução do contrato, a Entidade Adjudicante, procedem à respetiva análise dos elementos referentes à prestação de serviços, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2 – Na análise a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve prestar à Entidade Adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

3 – No caso da análise da Entidade Adjudicante a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, a Entidade Adjudicante deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.

4 – No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Entidade Adjudicante às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

5 – Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, a Entidade Adjudicante, procedem a nova análise, nos termos do n.º 1.

Capítulo III

Resolução de litígios

Cláusula 14.ª

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Entidade Adjudicante poderá resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos respetivos por um prazo superior a um terço do prazo previsto no Contrato, ou declaração escrita do adjudicatário de que o atraso respetivo excederá esse prazo.

2 – Para além dos motivos definidos na legislação, são motivo de rescisão do Contrato por parte da Entidade Adjudicante:

- a) Incumprimento do prazo para início dos trabalhos;
- b) Recusa, por parte do Adjudicatário, de corrigir ou repetir os trabalhos que não foram aceites pela Entidade Adjudicante ou por não o fazer no prazo fixado;
- c) Recusa, por parte do Adjudicatário, de cumprimento das instruções que lhe forem dadas pela fiscalização no sentido do cumprimento do Caderno de Encargos ou do plano de trabalhos;
- d) Reiterada inobservância das disposições contratuais ou do Caderno de Encargos, ou má fé do Adjudicatário;

3 – O direito de resolução exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determinará a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

Cláusula 15.ª

Resolução por parte do adjudicatário

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário poderá resolver o Contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida e seja mais de 50% do preço contratual, excluindo juros.

2 – Nos casos previstos no n.º 1 anterior, o direito de resolução poderá ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

3 – A resolução do Contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém todas as obrigações deste ao abrigo do Contrato.

Cláusula 16.ª

Legislação aplicável e foro competente

1 – Em tudo o que o Contrato for omissivo observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável e, em qualquer caso, sempre a Lei portuguesa.

2 – Para todas as questões emergentes do Contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal.

Cláusula 17.ª

Divergências – Prevalência

1 – Em caso de dúvidas e divergências que possam existir entre os vários documentos do presente Contrato prevalece em primeiro lugar o texto do Contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e o Convite, e em último lugar a Proposta do Adjudicatário.

2 – Em casos de divergência entre documentos escritos e gráficos, os escritos prevalecem.

CAPÍTULO IV

Penalidades

Cláusula 18.ª

Penalidades contratuais

1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, a fixar em função da gravidade do incumprimento, até ao montante de 20% do preço contratual.

2 – Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

3 – A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

4 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 19.ª

Força maior

1 – Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas conjuntas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Cláusula 20.ª

Cessão da posição contratual

1 – O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do Contrato sem autorização da Entidade Adjudicante.

2 – Para efeitos de autorização prevista no número anterior, deverá:

- a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao Adjudicatário no presente procedimento;
- b) A Entidade Adjudicante deverá apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do Contrato.

Cláusula 21.ª

Comunicações e Notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.ª

Prestação da Caução

Não será exigida prestação de caução.



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

Cláusula 23.ª

Seguros

É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos relativos à prestação dos serviços.

Cláusula 24.ª

Contrato Escrito

O contrato será reduzido a escrito, em cumprimento do disposto no artigo 94º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 25.ª

Contagem dos prazos

1 – Os prazos previstos no Contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, salvo se for especificado o contrário.

2 – O período durante o qual o Adjudicatário realiza qualquer tipo de correções devidas não suspende os prazos em curso, designadamente o prazo para entrega dos trabalhos.

Este documento, bem como todas as peças do procedimento, foi assinado digitalmente pelo órgão responsável pela decisão de contratar no momento da aprovação de abertura do procedimento.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal,

Sidónio da Luz Ramos Pestana